



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
*Gabinete do Primeiro Ministro*

CONSELHO DE MINISTROS

SÚMULA DA REUNIÃO DE 9 DE DEZEMBRO DE 1974

Presêntes todos os Ministros, à excepção do Ministro Mele Antunes, e dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Sociais, que se fizeram substituir respectivamente pelos Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Segurança Social, bem como todos os Secretário de Estado do Ministério da da Educação e Cultura.

1. O Primeiro Ministro apresentou ao Conselho o novo Ministro da Educação e Cultura e toda a sua equipa que, na sequência do deliberado em Conselho por ocasião da saída do Professor Magalhães Godinho, ali estavam para receber o apoio do Governo à sua actuação.
2. Exposição do Ministro da Educação e Cultura.

O Ministro da Educação e Cultura começou por apresentar ao Governo os seus cumprimentos.

Referiu-se à gravidade dos actuais problemas da educação, cuja influência transcende o que se está a passar no âmbito da respectiva pasta. O Ministério está em descrédito perante a opinião pública, a ser arrastado pelos acontecimentos, com a ordem comprometida.

Reviu já dois diplomas para sairem o mais brevemente possível, relativos à regulamentação do ensino secundário e superior. Crê que não chegarão para resolver o que se está a passar nestes graus de ensino.



Não se vai referir ao ensino primário, que necessita de revisão. No ensino secundário há problemas políticos e problemas de juventude.

A dificuldade em que as escolas funcionem resulta por vezes da errada interpretação do que é democracia.

A situação parece com tendência a agravar-se.

A intenção do Ministério é sustar esse agravamento.

A situação na Universidade também se está deteriorando.

Não se pode ainda expor um programa, mas apenas alguns pontos que considera fundamentais.

O trabalho tem de ser feito quase sobre os acontecimentos.

A situação a que se chegou está a ser atribuída ao Governo e à pasta da Educação.

Professores e pais abdicam das suas responsabilidades.

Existem problemas de três tipos:

- os do ano 73/74, de que são exemplo os acontecimentos da Faculdade de Direito, relativos a classificações, termo de anos, etc.
- os do ano lectivo em curso, 74/75, completamente perdido. Os resultados práticos a que se chegará no fim do ano não justificam as despesas entretanto efectuadas. Aqui se insere o problema da entrada dos alunos no 1º ano e do serviço cívico estudantil.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 3 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- os do ano lectivo 75/76, que seria agora altura de começar a encarar, talvez já tarde, e que de outro modo serão piores que os actuais.

Deixa para os Secretários de Estado a referência aos problemas dos respectivos sectores.

Muitos outros problemas há, mas refere-se apenas aos mais prementes.

Como meios de acção para todos estes problemas, referiu em primeiro lugar a informação, o esclarecimento, a persuasão.

O esclarecimento tem de ter qualidade. Para a sua necessária animação, será necessário criar um gabinete de imprensa, pois, na verdade, a informação que há é deficiente.

Outro aspecto, é o do diálogo com os directamente interessados; para o ensino superior, reitores, professores, assistentes, estudantes, comissões directivas, grupos políticos juvenis; para o ensino secundário, comissões directivas, sindicatos de professores, associações de pais.

Além disso, declarações governamentais.

Vem, com a sua equipa, pedir o apoio do Governo, dos partidos da coligação, de todos - profissionais ligados ao ensino, responsáveis pelos assuntos culturais.

Pensa que parte da informação deve ficar mais a seu cargo. Que deve haver um órgão de informação do Ministério para difusão, designadamente através da televisão, das medidas que interesse divulgar.

Há problemas que não se levantariam se houvesse uma informação suficiente.

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 4 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Os dois pontos fundamentais que neste momento trás ao Governo são a entrada no 1º ano e o serviço cívico.

Mas se se determinarem certos procedimentos, eles terão de ser cumpridos.

5. Relativamente ao ensino superior, o Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica começou por referir que o problema mais grave se centrou à volta da situação nas escolas do ensino superior.

É necessário resolver agora dificuldades que se farão sentir no ano de 74/75.

O 1º ano passaria de 11 000 para cerca de 29 000 alunos. Trata-se de um aumento muito grande, porventura imprevisível, que tem como causas as facilidades em 73/74, o regresso de militares, o regresso à metrópole de alunos que estudariam em Angola e Moçambique, o acesso de camadas que estavam afastadas, designadamente filhos de emigrantes.

Há escassês de instalações e ainda mais de pessoal docente.

As soluções, na proposta do Ministério, arrancam de um pressuposto que gostaria de verificar: a impossibilidade de admitir na escola os 28 000 candidatos, por falta de instalações e professores. Daí a ideia do serviço cívico.

./.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- 5 -

Recorda que se pensou na solução de deixar entrar alguns candi  
datos, com um critério de selecção mediante competência manifesta  
da em exames, idade, situação social, etc. E daí a ideia de ser-  
viço cívico para os restantes.

Depois, dificuldades à volta da elaboração do critério e da  
sua aplicação, levaram os responsáveis a revê-lo.

Por outro lado, para que o serviço cívico aparecesse com a sua  
nobreza política, não podia ser um mero expediente e teria de  
se aplicar a todos.

Pensou-se então em que não haveria entradas de novos alunos,  
e só frequentariam o 1º ano estudantes militares repetentes.

Como alternativa para os <sup>que ficaram de fora</sup> que ficaram de fora, previu-se o  
serviço cívico para todos.

Havia ainda que decidir se o serviço cívico era obrigatório  
no sentido de que a sua não prestação este ano impedia a en-  
trada no próximo ano, ou facultativo.

Como certas escolas comportavam os alunos interessados em as  
frequentar e até mais, interessados em cursos afins, admitiu-  
-se a hipótese de receber esses alunos nessas escolas. Mas assim  
acabaria por se distorcer a correcta inclinação dos estudantes  
para os cursos superiores. Entrariam apenas 5 000 e podia agrava-  
var-se o problema em vez de o minorar.

Deixar entrar os que fizessem exame ad hoc, estudantes traba-  
lhadores, para intruzir um elemento de correcção, também  
teria riscos, significava a entrada de cerca de 3 000 e era  
difícil definir o que são classes trabalhadores na zona de  
fronteira, além de que não pode aceitar-se à partida que os



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

SECRETO  
SECRETO

- 6 -

filhos das classes trabalhadoras são os que têm mais capacidade. Pareceria paternalismo, demagogia e agravaria as dificuldades políticas com a pequena e média burguesia, acentuando a ferça da contestação. Além disso, para o ano, todos seriam trabalhadores, com verdade ou sem ela, e o controle seria praticamente impossível.

Entrarem os mais classificados seria impolítico junto das camadas estudantis, tanto mais que as classificações do ano passado não merecem qualquer crédito. E a solução seria mais uma vez beneficiadora das classes no topo da sociedade.

Conclusão: pois; não poder entrar ninguém para o 1º ano.

Vantagens: Evitar o encargo financeiro de um ano falhado; impedir mais facilmente as perturbações da vida na escola; libertar os professores para a preparação do próximo ano.

Mas, não há 1º ano, o Governo tem de dar alguma alternativa para os 28 000 que ficam fora: serviço cívico, obrigatório ou facultativo.

O serviço cívico, elemento de revolução social e cultural para o nosso País, pode ser a decisão mais importante que o Governo Provisório já tenha tomado. Ocupará útilmente 28 000 jovens e retirará das escolas os candidatos que, de outro modo, acabariam por frequentar cursos livres e exercer depois pressões para equiparação à frequência de 1º ano, sem controle do Ministério, que assim não poderia assumir a respectiva responsabilidade.

./.



Com a característica de obrigatório, parece que deveria repetir-se em anos futuros .

De outro modo no próximo ano o Governo teria de albergar os 28 000 mais os que então se candidatassem.

Mas o serviço cívico também levanta dificuldades: os problemas das raparigas; a comparação das remunerações com as do serviço militar e conseqüente contestação dentro dos quartéis; o problema dos que já trabalham; dos casados. Libertar estes introduz factores de falseamento nos próximos anos. Além disso, o serviço cívico obrigatório responsabiliza o Governo e o seu fracasso desprestigia-o. Por outro lado, é difícil arranjar tarefas úteis e com o mínimo de rentabilidade para 28 000 pessoas. A verba implicada é de cerca de 500 000 contos.

Há dificuldades de apoio logístico - transportes, apoio sanitário, alimentar, etc., de várias equipas pelo País fora.

E é necessário um controle eficaz, porque o serviço cívico garante a entrada na universidade e para os rapazes limita o serviço militar obrigatório.

Há muitas pessoas ligadas ao problema que estão optimistas.

Um serviço cívico obrigatório será coerente com um País apostado num caminho que pretende ser revolucionário. Mas nas condições actuais do nosso País e com eleições a curso praze, pode perturbar as opções desejáveis. Este um momento culminante das dificuldades.

Para o ano o Governo terá de optar por uma das duas seguintes soluções:

- ou *númerus clausus* rigoroso;
- ou serviço cívico obrigatório.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 8 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O *númerus clausus* passará por um exame selectivo de maturidade, de capacidade intelectual e cultural para aceder a um curso universitário.

Resta o serviço cívico voluntário.

Parece-lhe que só poderá funcionar com proveito se daí advierem consequências, como factor de ponderação a retirar para o próximo ano; qualquer preferência para quem o fizer; diminuição do tempo de serviço militar. Isto para não levar apenas aqueles que mais dispostos estejam por razões políticas a colaborar com o Governo.

Deixará sem factor de compensação os que, não fazendo o serviço cívico, poderão ir perturbar a escola.

Obrigatório ou voluntário, o serviço cívico põe algumas exigências, entre as quais a de enquadrar de apoio cultural os que não entram na universidade: cursos de formação geral, através de ensino directo, ou pela TV, ou video-cassettes, para informação dessa massa de alunos, e outros níveis de cidadãos - introdução à política, às ciências sociais, estatística, línguas vivas, iniciação profissional para os cursos, etc., que ainda não estão definidos, obrigação a que o Ministério não pode furtar-se.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 9 -

*Gabinete de Primeiro Ministro*

É preciso muito dinheiro, que em face do orçamento de 75 não é fácil de justificar, para salas de aula, camas de hospital, para as faculdades de medicina, iniciação profissional para os cursos, etc., e, o que é mais grave, pessoal docente suficiente e capaz para assegurar o ensino, com a eventualidade de ao Governo se porem opções tais como remuneração do pessoal docente, e regime de full-time para os professores com o abandono de alguns. Haverá que criar novos cursos, diversificar regionalmente as Universidades que existem, criar novas Universidades, cursos novos, institutos politécnicos, ensino à distância.

Qualquer que seja o tipo de serviço cívico, não é uma tarefa do Ministério da Educação que assim não poderia fazer mais nada.

Seria preciso criar um Secretariado do Serviço Cívico anexo ao Gabinete do Primeiro Ministro, ou de um Ministro sem pasta, com autonomia administrativa e financeira, e ainda a concessão de um fundo em sua plena responsabilidade, se isso fosse viável.

É necessário descentralizar a sua actividade ao nível de cada distrito, com o controle do Secretariado central.

Por outro lado, a ideia só terá viabilidade com o apoio do Governo, dos vários Ministérios, com vista a evitar problemas tais como desemprego, das associações estudantis, das organizações sindicais, do MFA, dos partidos políticos, da opinião pública em geral.

./.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

4. O Secretário de Estado da Orientação Pedagógica analisou seguidamente os problemas da ordem democrática nas escolas:

- o saneamento
- as normas
- a informação
- o recurso a outros meios

Causa grande preocupação a situação de facto instaurada em muitas escolas, devida a expulsões ou ameaças de expulsão por razões diversas: símbolos da ordem anterior política e pedagógica - Ministros, catedráticos, professores autoritários, empregados ou alunos que de maneira efectiva ou suposta estiveram comprometidos com as políticas políticas, professores que por velhice ou doença se manifestam incapazes de exercer as suas funções, elementos cujo comportamento é posto em causa no âmbito da luta ideológica surgida nas escolas depois do 25 de Abril.

O Decreto-Lei n.º 277/74 tem limitações consideráveis: só se aplica ao funcionalismo, não é suficientemente justo, não permite acção rápida e eficaz. Assim, certos símbolos da ordem politico-pedagógica anterior permanecem. A massa estudantil receia que a permanência da massa desses símbolos signifique que as coisas não mudaram.

Para além disto, há que considerar a festa da contestação.

Para que o saneamento funcione eficazmente, é necessário alterar o próprio dispositivo legal e melhorar o apoio logístico da Comissão de Saneamento e Reclassificação do MEC.

Quanto às normas de gestão democrática, deu-se em 25 de Abril o desmembramento do sistema autocrático. Em Maio surgiram normas extremamente genéricas que deram lugar a experiências



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 11 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

tentadas localmente, ricas mas indeterminadas e que provocaram contestação.

O novo centro de poder não foi fixado na própria lei. Daí a remissão às assembleias plenárias das escolas.

Daí a luta pelo poder.

As comissões directivas têm <sup>não</sup> adequada representatividade. As assembleias plenárias disputam o poder constantemente.

O Ministério elaborou projectos relativos ao ensino e ao secundário, ambos urgentes.

No âmbito da Secretaria de Estado da Administração Escolar, procurou-se garantir a representatividade das comissões de gestão ou comissões directivas, dos conselhos directivos e órgãos representativos para garantir o funcionamento da escola, para garantir ao Ministério a existência de interlocutores representativos e estáveis.

Procurou-se definir de maneira clara órgãos, atribuições, imposição, designação, evitar que os órgãos sejam incontrolados.

Quanto às normas de orientação pedagógica, a dificuldade resulta da urgência.

É preciso rasgo para corresponder à necessidade de mudança, para responder às solicitações de base, mas organizá-las de forma coerente num projecto político que sirva o povo português.

O problema é se os dois aspectos coincidem.

Os serviços do Ministério não conseguiram dar sempre resposta pronta.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 12 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Faltam meios de informação, de intervenção, e os órgãos da informação ampliam e dramatizam tudo o que acontece.

Se a ordem democrática estivesse instaurada nas escolas, haveria mais desafogo para refletir nas medidas de fundo.

Cerca de 80% dos professores não têm preparação profissional suficiente.

As principais dificuldades vêm precisamente do professorado e vê-se que os professores com sentido de responsabilidade sa bem enquadrar os alunos.

Há também uma massa importante que <sup>se</sup>intimida, o que dificulta o trabalho dos mais capazes, a quem falta o apoio dos colegas.

Aqui impõe-se uma tarefa muito importante de esclarecimento.

Pensa que é preciso constituir urgentemente um gabinete de informação capaz de recolher e tratar a informação, de a canalizar para os gabinetes do Ministro e dos Secretários de Estado, e que possa garantir uma política de informação sistemática e diálogo sistemático, para orientação da opinião pública, e com o apoio do Governo, MFA, e partidos.

No que respeita às associações estudantis, a vida nos estabelecimentos de ensino é agitada.

Convém apoiá-las, reconhecê-las. São os interlocutores, com os sindicatos dos professores.

No ensino secundário o Ministério está atento e gostaria de adiantar um dispositivo legal que regulasse estas relações.

O Ministério percebe que, esgotados os meios de persuasão, há outros.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Gostaria de ouvir o Conselho a esse respeito.

A presente situação é de grande urgência.

5. O Secretário de Estado da Administração Escolar referiu alguns aspectos de carácter executivo, que considera menos importantes que os anteriormente equacionados.

A extrema urgência de que se reveste o diploma legal sobre a gestão dos estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, é factor de sobrevivência da maioria dos estabelecimentos de ensino abrangidos. Em número de estabelecimentos, os casos que estão a causar preocupação são uma minoria, mas a saída do diploma é fundamental para que a situação não volte atrás na maioria dos estabelecimentos.

Pediu ao Conselho que procurasse discuti-los e aprová-los com a possível brevidade.

A instalação e equipamento, crucial, para o arranque do ano 75/76, está a ser encarada pelo Ministério do Equipamento com espírito e prespectivas que permitem olhar este problema sem grandes preocupações.

O problema está fundamentalmente em que o Ministério avance • mais rapidamente possível em hipóteses, mesmo que não tenha ainda os elementos todos coligidos.

Procurou-se acertar com o Ministério do Equipamento, com boas prespectivas de solução.

O problema tem de ser equacionado não só em termos <sup>de</sup> préfabricados, mas explorando os dois domínios possíveis.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Há que fazer aqui um plano de emergência que em duas ou três semanas tem de estar de pé.

A política de pessoal no ensino primário, preparatório e secundário, onde o número de professores é maior, exige medidas extremamente urgentes. A instabilidade pode desfazer-se de um momento para o outro.

Quanto a remuneração do professorado, o Ministério está a ultimar uma hipótese que em breve apresentará ao Conselho.

Quanto a quadros, terá de propor medidas de alteração.

Quanto à revisão da estrutura, tem de ter em conta que o MEC estava preparado para um tipo de trabalho totalmente diferente daquele que agora tem de executar.

É preciso modificar a estrutura dos serviços centrais, e que a acção fundamental do MEC: esteja junto da unidade que é o estabelecimento de ensino, em estruturas regionais, e através de funcionários que conheçam as realidades práticas, estruturas regionais essas que estarão ligadas aos serviços centrais, e em colaboração com os Ministérios da Administração Interna e de Equipamento Social.

O problema orçamental é preocupante. O MEC é talvez o único Ministério que não forneceu ao Ministério das Finanças elementos para o orçamento de 75. Estão preparados. Mas crê que deviam ser revistos em face da troca de impressões desta reunião.

O orçamento não será tão justificado quanto à certeza da execução como seria para desejar, mas temeu-se que depois fosse tarde.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 15 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

6. O Secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente declarou não trazer problemas tão urgentes como os seus colegas . Mas o País espera a democratização do que se entende hoje por cultura, coisa diferente do que se entendia antes do 25 de Abril - conceito elitário, fechado. Ainda hoje existe em termos oficiais diferença entre algo que <sup>se</sup> chama cultura e algo que se chama cultura popular.

Subinhou como, a adjectivação de popular era totalmente falsa.

No sector cultural do MEC não figurava qualquer manifestação de teatro ou de cinema.

Quanto à pintura, arquitectura, música, se era preciso apoio pedia-se ao MEC. Se se tratava de teatro ou cinema o caminho era o SNI.

Não era por acaso que os meios de cultura mais directos estavam concentrados nos SNI.

Agora há um conceito de cultura diferente, em que não se distingue o popular do não popular.

As estruturas anteriores estavam na base da referida distinção.

Já se começou a trabalhar no sentido de se modificar este panorama cultural. É preciso transformar organismos que têm sido quase mortos, <sup>em</sup> autênticos centros de cultura com vida constante.

Para plena eficácia as <sup>não</sup> perspectivas orçamentais são indiferentes.

Referiu-se aos teatros nacionais. Informou que o D. Maria vai entrar em actividade em 1975. Fizeram-se estudos no sentido de que não haja exclusivo de companhias, de que tenha caracter experimental, irradiar para fora de Lisboa, enquadrado numa polí-

*Gabinete do Primeiro Ministro*

tica verdadeiramente democrática da cultura. Quanto ao S. Carlos, a actividade era programada com antecedência de dois anos, porque assim tinha de ser. Os Ministérios apoiavam o director de teatro na tomada dos necessários compromissos. Logo a seguir ao 25 de Abril, começou a pensar-se na reestruturação que, por exemplo, se traduziria em acabar com as velhas assinaturas, na descida do preço dos bilhetes, <sup>na</sup> irradiação para fora de Lisboa. Está em estudo uma nacionalização dos elencos com criação duma companhia nacional residente e fixa, o que não será difícil. Para 1975, como a temporada começa em Janeiro, haverá espectáculos de categoria elevada, mas com reportório e artistas como se pensava há dois anos. Para 76 também estão compromissos tomados. Para o futuro modificar-se-á.

A modificação dos elencos tem implicações orçamentais. Vai haver protestos, julgando-se que se vai continuar a dar espectáculos com artistas estrangeiros, mas não é isso o que está previsto.

7. O Ministro Vitor Alves deu seguidamente vários esclarecimentos:

O Gabinete de informação continua na Secretaria de Estado da Comunicação Social, que deve ser o porta-voz do Governo. Teve há 15 dias uma reunião com órgãos de informação com vista ao esclarecimento dos problemas da Educação e Cultura. O processo parou. Mas se se achar conveniente, poderá seguir.

É um grupo que trabalha com empresas de publicidade, etc. e está à disposição de todos os Ministérios, para evitar dupli-





SECRETO

- 17 -

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

cações.

Quanto ao saneamento, a Comissão Coordenadora do MFA formulou sugestões no sentido de, para o andamento do processo revolucionário iniciado em 25 de Abril, serem exercidos esforços em três aspectos essenciais:

combate à burocracia, saneamento mais rápido e eficaz a cargo da Junta de Salvação Nacional, coordenação de qualquer tipo para combate ao legalismo.

Isto porque são passados sete meses e neste campo se fez muito pouco.

Quanto a expulsões, serão imediatas quando forem decididas, e os processos seguirão depois.

Quanto aos diplomas relativos à gestão nos estabelecimentos de ensino secundário e preparatório, estarão em breve aprovados.

O diploma relativo ao ensino superior está para promulgação.

Quanto às associações dos menores de 18 anos, o Conselho de Estado espera àvidamente o projecto.

Informou o Conselho de que o Ministro da Administração Interna lhe deixou uma hipótese, 4ª; não haver entradas, não haver serviço cívico, haver cursos de reciclagem e apoio cultural e profissional, com início em Janeiro e fim em Julho.

Os alunos prepara-se-iam para exames a que seriam sujeitos.

Há ainda uma proposta - 5ª - entrarem todos e serem todos sujeitos a serviço cívico - seis meses em aulas, seis meses em serviço cívico, alternando os alunos.

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

8. E iniciou-se o debate sobre os problemas fundamentais apresentados pelo MEC.

O Ministro da Economia apreciou a clareza com que foram postos os problemas do ensino universitário.

Há aspectos contraditórios e alguns que se anulam tornando difícil qualquer solução. Acha que foi muito útil conhecer todas as hipóteses. Mas que seria mais fácil ao Conselho, que se baseia em critérios políticos, decidir depois de uma pré-selecção das hipóteses feitas pelo MEC, para se chegar a uma conclusão.

O Ministro da Educação informou que a sua equipa se inclina para a 3ª hipótese — não entrarem alunos para o 1º ano; serviço cívico voluntário; selecção de alunos sem aproveitamento nas Universidades.

O que não significa que depois do debate não se altere essa ideia.

O Ministro do Trabalho concorda que não haja 1º ano e que os alunos colaborem no serviço cívico. Que quem não fizer serviço cívico não entre na universidade. Também poderia ser antecipado o serviço militar normal para quem assim o quisesse. Os que participassem no serviço cívico poderiam ter desconto no serviço militar.

Pensa que uma minoria não tem<sup>o</sup> direito de impedir a vida normal das escolas. Cê que a maioria dos estudantes quer estudar normalmente e está à espera que o Governo a apoie



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Subsulto do Primeiro Ministro*

- 19 -

e disposta a participar na defesa dos seus direitos.

A intervenção das forças a que não quer chamar repressivas, neste momento, se for tomada paralelamente com uma tomada de posição de alunos contra as minorias agitadas, não será considerada como medida repressiva contra os estudantes.

Fonte de descontentamento é na verdade o saneamento. O diploma respectivo não é eficaz. Devia ser tomado em antecipação através de um organismo central que aceitasse quaisquer queixas de alunos e professores mas não deixasse ao seu arbitrio o saneamento.

Crê que na verdade os professores são muitas vezes fonte de agitação nos estabelecimentos de ensino, por abdicarem das suas responsabilidades.

Considera que as comissões de gestão não deviam ter funções deliberativas. Não se sabe a quem se pode pedir responsabilidades. Tem de haver uma entidade responsável. Na democracia, as bases elegem os chefes e estes são responsáveis pelas decisões que tomam. Devem consultar as bases, senão não são bons chefes democráticos. Mas se as bases estiverem permanentemente descontentes, há que mudar o chefe.

Também acha que a limitação do número de anos sem aproveitamento é uma medida indispensável, mediante um critério para os estudantes normais e outro para estudantes trabalhadores.

Entende que, nas reuniões de escola, deve ser proibida a parti-

*Gabinete do Primeiro Ministro*

cipação de indivíduos alheios à escola para evitar os agitados profissionais.

Que se devia definir um dia da semana para as reuniões de alunos. E limitar o número de reuniões em determinado período.

Entende que é preciso tomar medidas concretas e firmes, mesmo que isso possa parecer impopular, porque a maioria da população consciente quer efectivamente que os seus filhos estudem.

O Ministro das Finanças quanto ao orçamento geral do Estado, disse que logo que receba as informações do MEC trará um quadro ao Conselho para fazer o necessário rateio.

Pediu ao MEC que indicasse as despesas com pessoal e as despesas com os novos projectos.

Quanto ao serviço cívico, parece-lhe que a hipótese 3ª é realmente a mais equilibrada. Acha que também aí se deve fazer um certo esforço de previsão orçamental, pelo menos quanto ao custo por unidade, e ter em conta a relação entre esse custo e o custo na universidade, o custo do serviço militar, do subsídio de desemprego. Isto para evitar implicações políticas importantes.

Era preciso que todo o trabalho a desenvolver no serviço cívico fosse útil.

O Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros disse admirar a coragem da equipa do MEC, que tem todo o seu apoio pessoal, e certamente o de todo o Conselho.

Fará uma reflexão sobre o serviço cívico.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 21 -

*Subsecretaria do Primeiro Ministro*

Não deve ser encarado como um expediente, mas como uma técnica que associa o trabalho manual ao intelectual, associação exaltante no período histórico que vivemos que poderia levar a nossa juventude a participar numa obra democrática nobre.

Há, porém, dificuldades numerosas para que atinja os resultados que se desejam:

- falta a reforma de fundo do ensino;
- falta o elemento psicológico que evitaria que o serviço cívico fosse considerado como expediente ;
- é difícil a sua organização;
- vai ser criticado pelos professores e alunos cujas universidades podem funcionar no nível do 1º ano, por certos sectores da opinião pública e até por certos sectores do trabalho, com medo da influência que possa ter no mercado da mão-de-obra;
- há ainda o problema orçamental, com inconvenientes para o ano de 75/76 que já não dependem deste Governo.

Apresenta por isso, a seguinte proposta:

- fazer funcionar o que é possível;
- desdobrar o 1º ano no tempo e no número de alunos, nas Faculdades onde há dificuldades de funcionamento.

(Há experiências em países estrangeiros, no sentido de se aproveitarem lugares mortos).

- lançar bases de ensino para 75/76;
- diversificar, não só a nível de novos cursos, mas limitando



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 22 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

o tempo dos novos cursos e dos existentes.

O Ministro da Coordenação Interterritorial felicitou o Ministro da Educação Nacional por ter aceitado assumir as responsabilidades que o cargo implica.

Não é perito nestes assuntos, mas a sua sensibilidade pessoal às soluções propostas leva-o a considerá-las muito esquemáticas.

Acha que a solução deve ser integrada de tudo o que de positivo há em todas as hipóteses apresentadas.

Pensa que a reacção do País será a de criticar tanto mais quanto mais se fugir às situações positivas.

Assim, entende que, se há universidades que podem comportar alguns alunos, essa possibilidade deve ser aproveitada. Prefere, por isso, a hipótese 1ª, com serviço cívico voluntário.

É pelo serviço cívico, para que os estudantes tenham a ideia de que é o trabalho manual, do que custa a vida.

Crê que a obrigatoriedade do serviço cívico vai acarretar ao MEC sérias dificuldades.

Vai ser dito que é uma solução de trabalho compulsivo, que prejudica o mercado de trabalho, etc.

Serviço Cívico voluntário, pois, mas com estímulos, porque é uma valorização e todas as formas de valorização devem ser estimuladas.

Já se viu que pode haver recurso a certas medidas de emergência para arranjar locais onde as aulas pudessem ser dadas.

./.



(O Primeiro Ministro lembrou que alguns quartéis podem ser mobilizados para esse efeito .)

Poderia recorrer-se a instalações pré-fabricadas, etc.

Quanto a professores, há sectores em que o profissional livre, com muito mais sentido prático, pode com vantagem substituir os professores. O ensino poderia ser ministrado por turnos, se mestres, etc.

A ideia é ir reduzindo o problema.

Ficaria uma margem do problema que era efectivamente insolúvel. Para essa faixa, haveria o serviço cívico facultativo, com estímulos.

Do ponto de vista do pai de família, parece-lhe, mais aceitável do que uma solução esquemática.

Prestou a sua homenagem ao esforço a desenvolver pelo Ministro da Educação e Cultura e desejou-lhe o maior sucesso.

O Ministro Magalhães Mota salientou que a dificuldade em relacionar este problema com o problema de fundo em que se insere, é de todos os governos provisórios; ter de se encarar com uma óptica para além do governo provisório, com todos os riscos que isso envolve.

Põe-se o problema do papel da universidade na sociedade portuguesa futura. Tem sido proivilegiada porque aspiração das famílias a ter o seu universitário, porque alunos, professores, instituição, têm tratamento especial.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 24 -

*Cabinele do Primeiro Ministro*

Vivemos ainda numa fase em que a escolha de um curso e a arti culação da universidade se desenvolve afastada da consideração do que é o interesse nacional. Não há planificação. Há cursos sobrevalorizados e outros, até mais necessários, não têm sequer candidatos.

Tudo se passa em termos extremamente individualizados, há todo um sistema alicerçado dentro dessa linha de protecção de individualismo, acabando a lei do mais forte por vingar.

Há que acabar com a ideia da autonomia da universidade, que tem de estar ao serviço de uma política global.

É a própria sobrevivência da Nação que pode estar em causa dentro deste esquema de planificação.

Pensa que essa é uma tarefa urgente: conhecer as necessidades em cada sector e orientar a política da universidade nesse sentido. Para umas escolas, a política seria de atracção, Para outras, de desmobilização, mediante aumento de propinas e outras medidas.

Para isso pensa que seria preciso ter uma ideia das pretensões dos vários alunos relativamente a cada curso e a cada local, e das necessidades de técnicos em cada sector dentro de seis anos, tempo médio de formação. As várias soluções apontadas seriam escalonadas a partir desta base.

Quanto ao serviço cívico, acha que tem muita importância. Mas que a ideia podia ser estragada se aparecesse em termos de opinião pública como expediente para resolver um problema de âmbito concreto.

./.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 25 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O seu valor educativo e público obriga a não aqueimar com uma experiência preparada com demasiada rapidês. Entende, por isso, que deve ser equacionada em termos mais amplos, enquadrada em ideias mais gerais, relacionada com a situação da universidade, com o problema do emprego, com o de uma dinamização cultural em larga escala, para que não possa dar facilmente criticada e sejam ressalvados os elementos positivos de valorização, até como factor entusiasmante.

O Ministro Álvaro Cunhal disse tratar-se de um problema urgente, que necessita de resposta a breve prazo.

A dificuldade resulta de haver 28 000 pessoas que não podem entrar na Universidade.

Se fosse possível, melhor seria que o 1º ano funcionasse com os 28 000, melhor ou pior.

Partindo do presuposto de que não é possível, há que optar: ou frequentar parte, ou não frequentar nenhum.

Julga que a contestação surgida na universidade resultou da ideia de que entraria uma parte.

Repetir-se a anterior experiência, estaria condenado ao fracasso.

Na busta de resposta a uma conjuntura, a concepção vai-se alargando e apresentando prespectivas muito mais ricas.

Também se pronunciou mais pela proposta 3ª mas condicionada;

- ao acordo das forças intervenientes que deveriam ser o MFA e os partidos com a influência e os meios de que pudessem dispor;



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

- 26 -

- a objectivos úteis e entusiasmantes para os participantes, a juventude é à existência dos meios necessários para ser levada a cabo;
- a que os objectivos não sejam concorrentes com o mercado de trabalho;

Definidos os objectivos, muitos jovens se poderiam entusiasmar, tanto mais que existem hoje novas ideias do que é o papel dos jovens, dos estudantes, homens que devem ter uma pré-preparação mínima para a construção do seu País.

É preciso que essas ideias fundamentais sejam divulgadas. Tem que haver uma grande determinação. Se admitirmos que uma resistência fará voltar atrás, então é melhor não avançar e encontrar qualquer outra solução mesmo que não seja nada.

Uma política destas tem de ser uma política de Governo.

Qualquer política terá de ter o apoio de todos de maneira a facilitar o processo.

O Ministro da Justiça diria o que o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros já disse.

Saudou o Ministro da Educação e Cultura.

Fazendo seguidamente breves considerações políticas, referiu ser uma constante da nossa história política todas as convulsões políticas coincidirem com crises da universidade.



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 27 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O saneamento é necessário. Não deve ser feito com legalismo mas com justiça. E deve ser levado às últimas consequências. Mas não está convencido que esteja na base do problema.

O problema da educação é um dos grandes problemas que se põem ao Governo.

É <sup>da</sup> aptidão para encontrar solução para estes problemas que a capacidade do Governo depende.

Acha que o serviço cívico deve ser introduzido imediatamente; que completará a preparação deficiente que têm tido os universitários em todos os campos.

Pode ser encarado como medida de emergência. O normal, o verdadeiro serviço cívico obrigatório devia estar integrado no próprio ensino.

O Outro é na verdade um expediente.

Responde imediatamente ao serviço cívico para os estudantes que estudam, por uma ferramenta melhor, por uma formação democrática mais autêntica.

E como expediente que é, entende que é preciso que se saiba quais os seus fins.

Em qualquer caso, concorda com a ideia de que os partidos políticos e o MFA se devam pôr de acordo.

O ministro do Equipamento Social e do Ambiente reconheceu tratar se de um problema difícil e grave.

Por um lado, é muita pena que não se encontre um sistema aceitável de admitir os 15 000 que poderiam ser admitidos. Mas



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 28 -

*Subsecretário de Primeiro Ministro*

Compreende que é difícil arranjar uma solução que seja aceita pela maioria dos estudantes.

Valeria a pena tentar.

Referiu-se seguidamente às dificuldades do serviço cívico.

Não sabe se haverá tempo para integrar a massa de pessoas que está em causa. Sem o auxílio do exército, vê muitas dificuldades na montagem do serviço cívico. Poderia ligar-se à profissão futura ou consistir em trabalho manual extensivo a todos os universitários, quer à entrada quer durante a frequência do próprio curso, mas sem constituir concorrência de mão-de-obra. A principal dificuldade está na premência da decisão a tomar. Como exemplo de tarefa adequada ao serviço cívico, citou a melhoria dos bairros degradados, campanhas agrícolas cujo produto se perde por falta de mão-de-obra, melhoria de ambiente em muitos locais, reconhecendo embora tratar-se de actividades difíceis de desenvolver.

A propósito apresentou uma proposta:

Constituir no seio das Forças Armadas um grupo dinamizador desta acção de reconversão dos bairros de lata para fiscalização junto dos órgãos responsáveis, junto das equipas encarregadas destas tarefas, junto das Câmaras Municipais para desbloquear todas as dificuldades existentes.

Acha que o serviço cívico não se monta com um Secretariado junto do Primeiro Ministro.

Lamenta que a situação não se tenha degradado a ponto de já não se poder fazer uma selecção, admitindo os que fosse possível



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 29 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

admitir, sem prejuízo de os que entrassem, fazerem o serviço cívico em qualquer altura.

Concorda que tenha que se limitar o número de alunos a admitir de acordo com as necessidades.

Haveria que ter a coragem de o fazer, haveria que esclarecer os critérios.

Tudo isto teria de ser fundamentado na informação.

Quanto ao saneamento, terá de ser fundamentado num critério de justiça, com um mínimo de provas em relação às acusações feitas.

Quanto às instalações, precisa apenas de uma programação tão rápida quanto possível <sup>de</sup> saber se a pré-fabricação será a se lução melhor.

Sobre a cultura só tem pena de não ver associado ao D. Maria e ao S. Carlos, o Coliseu dos Recreios.

O Secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente informou que a conjugação está prevista, igualando quanto possível os preços do S. Carlos e do Coliseu.

O Ministro Vitor Alves perguntou se seria possível admitir 15 000 alunos.

O Secretário de Estado do Ensino Superior disse que não assumia a responsabilidade dos pressupostos, que não sabe se os dados são corretos..

Herdaram a ideia de que não era possível aceitar os 28 000 e de que não era praticável um critério que assentasse na seleção. Podiam entrar alguns, digamos 15 000.

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Ministro Vitor Alves recordou que a última hipótese que o Prof. Godinho pusera era dividir o ano ao meio, todos fazem o 1º ano em meio tempo e o serviço cívico no outro meio tempo.

O Ministro da Educação e Cultura disse que tinha realmente sido posta essa hipótese, abandonada porque parecia que a montagem do serviço cívico era extremamente urgente. Informou que a equipa partiria no dia seguinte para o Porto afim de começar a verificar os dados do problema.

Considera muito duvidosas as opiniões que ouviu.

Está de acordo com o serviço durante o curso, e pensa até que se poderia reduzir o tempo de férias.

Pensa que também se pode utilizar no fim de uma carreira.

Aparece realmente como maneira de resolver o problema de 28 000 que não podem entrar.

Concorda que o fracasso do Ministério arrastaria o fracasso do Governo. Acha que os reitores têm de estar integrados no problema.

Feito p ponto das várias soluções propostas, o Secretário de Estado da Orientação Pedagógica considerou que a proposta do Ministro da Coordenação Interterritorial é de bom senso, uma vez que não há certezas. Por isso resolveram ir colher a informação em termos rigorosos.

O Secretário de Estado do Ensino Superior reafirmou que o risco da decisão é um risco grave. Recordou todas as ideias



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 31 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

expostas e as dificuldades inerentes.

Referiu que se alguém descobrisse um critério que até Janeiro resolvesse o problema, o serviço cívico deixaria de ser um expediente.

De outro modo, apesar de ser fundamental como tempero para uma formação teórica, a verdade é que aparece para resolver dificuldades.

Mas nem por isso deixa de ser um serviço cívico desde que se consiga por de pé.

O Ministro do Trabalho reconhece que é difícil estabelecer limites, difícil fazer a admissão.

Acha politicamente negativo não admitir alunos sem justificação. Está de acordo com uma profunda reforma educacional. Mas agora, há o problema concreto deste ano. Em seu entender, o serviço cívico, obrigatório ou facultativo, com objectivo social e reconhecimento nacional, em serviço de dinamização cultural, devia condicionar a entrada no próximo ano.

As outras soluções serão altamente contestadas.

O Ministro da Coordenação Interterritorial não está convencido da dificuldade do critério de selecção na entrada para a universidade, agora ou mais tarde.

Com as outras soluções também nada garante que não haja dificuldades e contestação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 32 -

*Subsecretário de Primeiro Ministro*

O serviço cívico compulsivo parece-lhe muito difícil para o Governo. Acha que deviam ir até onde fosse possível.

O Primeiro Ministro perguntou quanto tempo levará a aplicar o critério de selecção.

O Secretário de Estado do Ensino Superior informou que o Prof. Godinho dissera que, com apoio dos computadores necessários, de que não sabe se poderá dispor, talvez só em Fevereiro o problema estivesse resolvido.

Qualquer que seja a solução, acha que o que o Governo não pode é deixar de assumir uma posição de firmeza.

Feitas mais algumas referências ao critério selectivo, •

## Fundação Cuidar o Futuro

Ministro Álvaro Cunhal salientou que os conflitos de há uma semana resultaram precisamente dos critérios selectivos. E que teria de se contar agora com a opposição de toda a Academia se se voltasse a pensar em aplicá-los.

O Primeiro Ministro, considerando a necessidade de resolver o problema, e com grande rapidez, que para isso há um meio que é o serviço cívico, que todos estão de acordo com a existência do serviço cívico, que convém que tenha compensações e que a vantagem no plano militar é uma delas, que há muita dificuldade na recolha dos elementos para preparar outra solução, que convém o Ministério ficar com um ano para estudar os seus problemas, que com o serviço cívico agora ou depois se chega ao mesmo tempo para tirar um curso, concluiu que a sua hipótese é a 3ª, tentando-se depois resolver os problemas existentes.





SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 33 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

Acha bem que se apresente a justificação e se opte pelo serviço cívico facultativo, embora pessoalmente preferisse o obrigatório.

Do ponto de vista prático, não vê outra alternativa. E para o futuro passarão todos a prestar serviço cívico, visto que parece ser o consenso do Conselho.

O Secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar declarou-se defensor entusiástico do serviço cívico.

Parece-lhe que as suas dificuldades não são intransponíveis.

Por outro lado há muitas tarefas para curto prazo, como, por exemplo, o levantamento de todas as dificuldades existentes em várias escolas. Considera perfeitamente possível, embora difícil, programar uma serie de actividades incluindo apoio logístico. Crê possível mobilizar para isso a melhor juventude do nosso País. O que considera necessário é que se seja rápido, claro na definição de objectivos, e que se não falhe.

Reconhece que a tarefa exige um órgão de apoio interministerial, como inicialmente foi referido.

O Ministro da Administração Interna, partindo do pressuposto de que no próximo ano vai haver um critério de selecção, perguntou sedurante este ano os 28 000 vão ficar afastados das matérias.

O Primeiro Ministro disse jogar que as actividades devem ser

./.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 34 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

adaptadas aos cursos pretendidos.

Mesmo tendo por base que o serviço cívico continuará ao longo do curso, admite que para o ano em curso se possa adoptar a mesma técnica que se pensa adoptar este ano, e que só mais tarde se passe a integrar as actividades ao longo do curso.

O Ministro Vitor Alves acha que também em termos militares todo o individuo deve ser aproveitado conforme a sua especialidade, com o que o Primeiro Ministro concordou.

O Ministro da Educação e Cultura, reafirmando ter vindo procurar o apoio do Governo para a proposta 3ª, informou não ter dúvidas de que ela vai provocar reacção.

O Ministro Alvaro Cunhal acha que o que é preciso é suscitar a reacção favorável de uma parte dos estudantes, na qual acredita, e limitar o mais possível a resposta desfavorável.

Acredita que haja até uma reacção de voluntariado por parte de alguns estudantes empenhados em servir o País.

O Primeiro Ministro propôs que se resolvesse o problema até 31 de Dezembro.

O Ministro Vitor Alves informou que está em fase final de elaboração um novo diploma sobre saneamento.

O Ministro da Economia sugeriu que em trabalhos de campo, que precisam de enquadramento, os professores poderiam colaborar



SECRETO

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

- 35 -

*Gabinete do Primeiro Ministro*

O Primeiro Ministro agradeceu ao Conselho o apoio dado ao Ministro da Educação e Cultura.

O Ministro Vitor Alves recomendou que nas intervenções na televisão fosse usada uma linguagem menos técnica.

Fundação Cuidar o Futuro